



Bastonário
da Ordem dos Engenheiros Técnicos

Exmos. Senhores
Direção Geral da Administração e Emprego
Público

revisaosiadap@dgaep.gov.pt

Assunto – Parecer da OET sobre o projeto de alteração à LTFP publicado no BTE.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET), vem apresentar o seguinte parecer sobre o projeto de decreto-lei que procede à alteração da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, Separata, nº 33, de 27 de julho de 2023:

1. A OET, enquanto associação de direito público que representa, nomeadamente, os titulares do grau de bacharel, em engenharia, que exercem a profissão de engenheiro técnico, considera que este projeto de alteração à LTFP constitui uma oportunidade para, além da alteração ao artigo 156º deste diploma legal, contemplar e resolver igualmente algumas, pelo menos, das situações de injustiça e de esquecimento que os diversos regimes aplicáveis aos trabalhadores da Administração Pública dedicam aos que são possuidores do grau de bacharel.
2. Desta forma, tem esta Ordem Profissional vindo a apresentar as suas propostas tendentes a contribuir para a resolução desta situação junto de diversas instâncias, o que se exemplifica com o n/ ofício nº 000134, de 14.JUN.2022, dirigido à Senhora Secretária de Estado da Administração Pública, que se anexa.
3. Conforme se constata da sua leitura, neste documento a Ordem dos Engenheiros Técnicos procede à análise aprofundada desta diversificada problemática, terminando por apresentar nos anexos II e III a suas propostas nas matérias que se passam a identificar, as quais ora se propõe sejam igualmente incluídas no projeto de alteração à LTFP, ora em apreço:



ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Bastonário
da Ordem dos Engenheiros Técnicos

- a) Equiparação dos bacharéis aos licenciados pós-Bolonha, para efeitos profissionais na função pública;
- b) Exigência de inscrição na respetiva ordem profissional, para efeitos de candidatura aos procedimentos concursais, quando se trate do exercício de funções que cabem no âmbito das profissões regulamentadas (proposta de aditamento do artigo 34º A à LTFP);
- c) Inclusão dos bacharéis nos regimes de determinação das posições remuneratórias e dos graus de complexidade funcional (artigos 38º e 86º da LTFP);
- d) Acesso dos possuidores do grau de bacharel aos processos de recrutamento para os cargos de direção intermédia, seja no âmbito da LTFP, seja por alteração à Lei nº 2/2024, de 15 de janeiro.

Com os melhores cumprimentos.

Augusto Ferreira Guedes
Bastonário
Engenheiro Técnico Civil

Em anexo – O referido ofício.



ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

14 JUN. 2022 *000134

Bastonário
da Ordem dos Engenheiros Técnicos

Sua Excelência
Secretária de Estado da Administração Pública
Dra. Inês Ramires
R. Professor Gomes Teixeira, 2

1399-022 LISBOA

gabinete.seap@mpcm.gov.pt

Carta registada com A/R

Assunto: Exclusão dos bacharéis de concursos para funções públicas. Obrigatoriedade de inscrição em ordem profissional para exercício de funções públicas incluindo em engenharia e proposta de alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março e ao índice remuneratório dos trabalhadores da Administração Pública possuidores do grau académico de bacharelato, incluindo os engenheiros técnicos.

Excelência,

A Ordem dos Engenheiros Técnicos, associação representativa dos Engenheiros Técnicos, com o atual Estatuto aprovado pela Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro, vem expor e propor a V. Exa. o seguinte:

1. A Ordem dos Engenheiros Técnicos, nos termos das alíneas d) e i) do artigo 3.º do Estatuto, respetivamente, goza das atribuições de "Zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de engenheiro técnico, promovendo a valorização profissional e científica dos seus associados e a defesa e o respeito pelos respetivos princípios deontológicos;" e de "Representar e defender os interesses gerais da profissão e dos seus membros".
2. Representa, assim, os interesses legítimos dos seus membros, dos quais, uma grande parte, por serem possuidores do grau académico de bacharelato, se vêm impedidos de concorrer aos procedimentos concursais para o preenchimento de lugares de técnicos superiores da Administração Pública, situação esta que se agrava pelo impedimento de acesso destes diplomados aos cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau (Diretor de Serviços e Chefe de Divisão, respetivamente) ou ainda para concorrerem a cargos de gestores públicos, em virtude de ser legalmente exigido, para efeitos de admissão aos concursos, em todos esses casos, o requisito habilitacional de licenciatura.



ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Bastonário
da Ordem dos Engenheiros Técnicos

3. Em consequência, a Ordem dos Engenheiros Técnicos tem vindo a desencadear a diversos níveis as iniciativas ao seu alcance tendentes a obter a reparação desta situação, conforme se exemplifica com a listagem das 376 reclamações sobre concursos apresentadas junto de diversas entidades, desde 08.06.2011 (Anexo I).
4. A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, prescreve, entre outras matérias, o agrupamento das carreiras gerais e especiais em três graus de complexidade funcional, consoante o nível habilitacional exigido para o ingresso nessas carreiras.
5. Assim, é estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º, que o grau 3 de complexidade funcional aplica-se àquelas carreiras para cujo ingresso é exigida a titularidade de uma licenciatura ou de grau académico superior a esta.
6. Noutro sentido, o n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, que alterou a Lei de Bases do Sistema Educativo, extinguiu o grau académico de Bacharel, até então conferido pelo ensino superior, o qual passou a conferir os graus académicos licenciado (1.º ciclo), mestre e doutor.
7. Embora tenha sido extinto o grau de bacharel, o facto é que existem milhares de diplomados com o grau académico de bacharelato.
8. Verifica-se assim que o mencionado impedimento legal é fator de injustiça e de concorrência desleal entre cidadãos interessados em concorrer aos diferentes cargos da função pública, porquanto, embora sendo detentores de graus académicos com designações diferentes, têm em comum o cumprimento de um percurso formativo com a duração de três anos.
9. Graus académicos esses e respetivas durações que, como é sabido, foram estabelecidos, respetivamente, pela anterior legislação reguladora do ensino superior politécnico e pela atual legislação que adotou o Processo de Bolonha, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março e o Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho.
10. Para além disso, deverá ainda ter-se em conta que a Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, que regula o Quadro Nacional de Qualificações, contém no Anexo III a grelha de correspondência entre os níveis de educação e de formação e os níveis de qualificação, a qual posiciona o anterior bacharelato e a atual licenciatura (1º ciclo) no nível de qualificação 6.
11. Tal significando que, para o legislador desta portaria, o anterior grau de bacharelato e a atual licenciatura (1.º ciclo), são graus académicos equivalentes ou equiparados entre si.
12. Acresce, noutra vertente, que o artigo 3.º, alínea a), da mencionada Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro, estabelece para efeitos do disposto no Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos, um regime de equivalência do grau de bacharel ao atual grau de licenciado (1.º ciclo).

13. Para se combater e reparar essa injustiça que atinge os mencionados trabalhadores da Administração Pública, não se pode continuar a fazer tábua rasa ou a desconsiderar o antigo grau académico de bacharelato, sendo da mais elementar justiça que, por exemplo, se aplique a estes trabalhadores um critério semelhante ao que foi adotado no ensino obrigatório, como se passa a referir.
14. A escolaridade obrigatória determina-se em função da data de nascimento dos indivíduos.
15. Assim sendo, para os indivíduos que nasceram até 31 de dezembro de 1966, a sua escolaridade obrigatória é de quatro anos.
16. Já para os que nasceram entre 1 de janeiro de 1967 e 31 de dezembro de 1980, a sua escolaridade obrigatória é de 6 anos.
17. Sendo que, a partir de 1 de janeiro de 1981, a escolaridade obrigatória passou a ser de nove anos.
18. E desde o ano letivo de 2009/2010 que passou a ser obrigatório a duração de doze anos de escolaridade, conforme se verifica no seguinte quadro.

Data de Nascimento	Escolaridade Obrigatória
Até 31 de Dezembro de 1966	4 anos de escolaridade
De 1 de Janeiro de 1967 e 31 de Dezembro de 1980	6 anos de escolaridade
A partir de 1 de Janeiro de 1981	9 anos de escolaridade
Ano Letivo 2009/2010	12 anos de escolaridade

Fonte: http://www02.madeiraedu.pt/dre/educacao_adultos/tabid/341/ctl/Read/mid/1219/Informacaold/2411/UnidadeOrganicald/5/Default.aspx

19. Atento o supra exposto, verifica-se que para um cargo em que seja exigido a escolaridade obrigatória tem-se em conta a idade da pessoa, não se exigindo os doze anos de escolaridade para quem concluiu a escolaridade obrigatória antes de 2012.
20. Por analogia e a fim de evitar esta tremenda injustiça a que nos vimos a referir, devia ser aplicado aos bacharéis idêntico procedimento ao que é aplicado para a escolaridade obrigatória, pois o grau foi extinto em 2006 mas as pessoas não.
21. Por outro lado, se estiver em causa uma profissão regulamentada, o princípio é o do reconhecimento para o acesso a essa profissão e para o seu exercício das qualificações profissionais adquiridas conforme referido pela Dra. Ana Fernanda Neves in ("O RECRUTAMENTO DE TRABALHADOR PÚBLICO" pgs. 54 a 57, Edição Provedor de Justiça- Centro de Documentação).
22. Uma profissão regulamentada é a «atividade ou o conjunto de atividades profissionais em que o acesso, o exercício ou uma das modalidades de exercício se encontram directa ou indirectamente subordinados, nos termos de



ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Bastonário
da Ordem dos Engenheiros Técnicos

- disposições legislativas, regulamentares ou administrativas, à posse de determinadas qualificações profissionais; constitui, nomeadamente, uma modalidade de exercício o uso de um título profissional limitado por disposições legislativas, regulamentares ou administrativas aos detentores de uma determinada qualificação profissional».
23. São consideradas profissões regulamentadas nos setores das obras públicas, transportes e comunicações as constantes da Portaria n.º 96/2012, de 5 de abril.
 24. O n.º 2, do artigo 2.º da Portaria n.º 96/2012, de 5 de abril, estabelece que: “As profissões regulamentadas abrangidas no âmbito das competências e atribuições da Ordem dos Engenheiros e da Ordem dos Engenheiros Técnicos são as constantes do anexo II”.
 25. Atento o supra exposto, dúvidas não restam que a profissão de Engenheiro Técnico e de Engenheiro são profissões regulamentadas pela Ordem dos Engenheiros Técnicos e pela Ordem dos Engenheiros, respetivamente.
 26. Sendo a profissão de Engenheiro Técnico e a de Engenheiro profissões regulamentadas a licenciatura em Engenharia, não é título bastante para o exercício dessas atividades, sendo necessária além da habilitação académica (bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento) no caso dos Engenheiros Técnicos e a habilitação académica de (licenciatura, mestrado ou doutoramento) no caso dos Engenheiros, sendo ainda necessário a posse do título profissional de Engenheiro Técnico ou de Engenheiro.
 27. Noutra vertente, antes da Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, que implementou no nosso país o designado “processo de Bolonha”, o regime vigente das carreiras na função pública refletia, na definição dos requisitos habilitacionais de ingresso, a existência de dois graus académicos: o de bacharel e o de licenciado.
 28. Assim sendo, o bacharelato era exigido para o ingresso na carreira técnica e a licenciatura para o ingresso na carreira de técnico superior.
 29. Ora, por força do estabelecido na alínea b) do n.º 1 do artigo 95.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro transitaram para a carreira geral de técnico superior os atuais trabalhadores que se encontrem integrados nas carreiras de técnico do regime geral, com as mesmas competências e responsabilidades profissionais.
 30. Por seu lado, o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho, em conjugação com o mapa I anexo, do mesmo diploma legal, dispõe que os trabalhadores integrados na carreira/categoria de engenheiro técnico transitam para a carreira geral de técnico superior.
 31. No entanto, e sem prejuízo de terem transitado para a carreira de técnico superior, o facto é que, de acordo com as disposições sobre reposicionamento remuneratório estes trabalhadores, possuidores do grau de bacharelato, foram reposicionados na posição remuneratória do nível 11 da tabela única.



ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Bastonário
da Ordem dos Engenheiros Técnicos

32. Sendo ainda de anotar que a mesma posição remuneratória é atribuída a quaisquer outros casos de integração dos possuidores do grau de bacharelato na carreira de técnico superior, designadamente por admissão através de procedimentos concursais.
33. Mais sendo evidente que este regime remuneratório dos bacharéis em Engenharia contrasta com o disposto no n.º 7 do artigo 38.º da LGTFP que prevê que "o empregador público não pode propor a primeira posição remuneratória ao candidato que seja titular de licenciatura ou de grau académico superior quando esteja em causa o recrutamento de trabalhador para posto de trabalho com conteúdo funcional correspondente ao da carreira geral de técnico superior."
34. Consequentemente, os licenciados em engenharia são colocados na posição remuneratória, igual ou superior ao nível 15 e os bacharéis na posição remuneratória do nível 11.
35. O que significa que, para a posse dos mesmos anos de formação superior (3 anos) e para o exercício da mesma atividade profissional de técnico superior na área da engenharia, a lei trata de forma diferente o que é igual, conferindo aos licenciados uma remuneração igual ou superior ao nível 15 da tabela única, a que atualmente corresponde o valor de 1201,48 €, e atribuindo aos bacharéis a remuneração do nível 11 da mesma tabela, no valor de 995,51 €, conforme estabelecido pela Portaria n.º 1533-C/2008, de 31 de dezembro.
36. Verifica-se assim, uma diferença salarial de 205,97 €, no mínimo, para trabalho igual prestado a um mesmo empregador.
37. Destarte existe uma clara violação com o princípio geral, nomeadamente o princípio constitucional, de "para trabalho igual, salário igual".
38. As entidades empregadoras, no caso em apreço a Administração Pública, têm o dever de não discriminar salarialmente os seus trabalhadores, se estes tiverem a mesma categoria profissional e se exercerem iguais funções e tarefas.
39. A referida Portaria n.º 1533-C/2008, de 31 de dezembro, ao prever o nível 11 para os Engenheiros Técnicos Bacharéis e o nível 15 para os licenciados possibilitou a existência de um tratamento mais desfavorável entre os seus trabalhadores.
40. Ou seja, estabeleceu uma discriminação negativa a nível de retribuição entre trabalhadores da mesma Entidade Patronal, o Estado.
41. Causa assim situações de desigualdade retributiva dentro da mesma Entidade Patronal, quando estão em causa, funções materialmente idênticas, do ponto de vista da qualidade, quantidade, natureza, duração, intensidade, dificuldade, penosidade e perigosidade, como no caso concreto, em direta violação do princípio da igualdade de tratamento e da proibição da discriminação, princípios constitucionais.



ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Bastonário
da Ordem dos Engenheiros Técnicos

42. A aplicação de uma Portaria não poderá colocar os trabalhadores de uma mesma Entidade Patronal, no caso o Estado, numa situação mais desvantajosa do que aquela que resultaria da aplicação dos princípios gerais do Código de Trabalho (CT) ou os princípios da Constituição (CRP).
43. Só assim será possível alcançar uma interpretação compatível com a unidade e coerência do sistema jurídico. E é esta unidade e coerência que o legislador pretendeu ao consagrar as normas dos artigos 476.º e 478.º n.º 1 alínea a) do CT e o princípio geral contido no artigo 23.º alínea a) e b) do mesmo diploma.
44. Dispõem os artigos 13.º e 59.º n.º 1 alínea a) da CRP que todos os trabalhadores, sem distinção da idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções ideológicas ou políticas têm direito "à retribuição do trabalho segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se o princípio de que para trabalho igual, salário igual, deforma a garantir uma existência condigna.
45. Assim, retira-se daquela disposição, conjugada com o artigo 13.º da CRP (onde se prevê o princípio da igualdade em termos genéricos) que se uma entidade patronal paga a um trabalhador determinada retribuição, deve igualmente pagar essa mesma retribuição aos demais trabalhadores que exerçam idênticas funções e tarefas, na mesma quantidade, natureza e qualidade, e independentemente do sexo, raça, religião, nacionalidade, entre outras ali identificadas.
46. Consideramos, em consequência, que não pode a Administração Pública prevaricar, devendo, em primeira linha, dar o exemplo do cumprimento escrupuloso da Lei!
47. De referir ainda que de acordo com o previsto no artigo 31.º da Lei do Orçamento para 2019, uma das prioridades a estabelecer pelo Governo para 2019, é o estabelecimento de um programa de regularização extraordinária dos vínculos precários da Administração Pública, o que permite que pessoas sem habilitações ocupem lugares na função pública o que é negado aos engenheiros técnicos.
48. Pelas razões supra expostas, e atento o princípio da igualdade que vincula a Administração Pública, bem como a sua atribuição estatutária de representar e defender os interesses gerais da profissão e dos seus membros, vem a Ordem dos Engenheiros Técnicos propor a V. Exa. que:

A) Se proceda ao aditamento de um novo artigo 34.º- A, com a epígrafe "Exigência de Qualificação Profissional" da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com a seguinte redação: "Quando se trate de uma profissão regulamentada, pode apenas ser candidato ao procedimento quem comprove estar validamente inscrito na respetiva Ordem Profissional."



ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Bastonário
da Ordem dos Engenheiros Técnicos

- B) Se proceda à publicação de um diploma legal que equipare para fins estritamente profissionais os antigos bacharéis aos atuais licenciados, dentro do estilo do projeto que consta do Anexo II; ou em alternativa que
- C) Se proceda à alteração de todo o atual quadro legal que impede os titulares do grau académico de bacharel, nos quais se inclui um elevado número de engenheiros técnicos, de concorrerem aos procedimentos concursais para preenchimento de lugares de técnico superior da e dos cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau da Administração Pública (Diretor de Serviços e Chefe de Divisão, respetivamente), e bem ainda aos cargos de gestores públicos, em virtude de ser legalmente exigido, para efeitos de admissão aos concursos, em todos esses casos, o requisito habilitacional de licenciatura, procedendo-se, neste quadro, à alteração das seguintes disposições legais, conforme proposto no (Anexo III) em especial:
- i. O n.º 7 do artigo 38.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a alterar nos seguintes termos: "O empregador público não pode propor a primeira posição remuneratória ao candidato que seja titular de bacharelato ou de licenciatura ou ainda de grau académico superior quando esteja em causa o recrutamento de trabalhador para posto de trabalho com conteúdo funcional correspondente ao da carreira geral de técnico superior;
 - ii. A alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º da mesma LTFP, a alterar nos seguintes termos: "c) Grau 3, quando se exija a titularidade de bacharelato, licenciatura ou de grau académico superior a esta";
 - iii. O n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, a alterar nos seguintes termos: "Os titulares dos cargos de direção intermédia são recrutados, por procedimento concursal, nos termos do artigo seguinte, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, bacharéis ou licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam seis ou quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura, consoante se trate de cargos de direção intermédia de 1.º ou de 2.º grau, respetivamente";
 - iv. O n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual, a alterar nos seguintes termos: "1 - Os gestores públicos são escolhidos de entre pessoas com



ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Bastonário
da Ordem dos Engenheiros Técnicos

comprovadas idoneidade, mérito profissional, competências e experiência de gestão, bem como sentido de interesse público e habilitadas, no mínimo, com o grau académico de bacharelato ou licenciatura”.

Na expectativa do melhor acolhimento de V. Ex^a para esta proposta, e ficando à disposição para a prestação dos esclarecimentos ou da colaboração eventualmente tidos por convenientes.

Com os melhores cumprimentos.

Augusto Ferreira Guedes
Bastonário
Engenheiro Técnico Civil

Junta – 3 anexos.

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

	Data	Concurso Reclamado	Entidade
1	08-06-2011	Reclamação do procedimento Concursal comum (aviso n.º 12442/2011)	Câmara Municipal da Covilhã
2	08-06-2011	Reclamação do procedimento Concursal comum (aviso n.º 11971/2011)	Câmara Municipal da Amadora
3	15-07-2011	Reclamação do procedimento Concursal comum (aviso n.º 12442/2011)	Câmara Municipal de Ponte de Sôr
4	11-11-2011	Reclamação do procedimento Concursal comum (BEPA oferta 5564)	Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamento
5	24-11-2011	Reclamação do procedimento Concursal comum	Direção Regional dos Transportes aéreos e Marítimos
6	16-01-2012	Reclamação do procedimento Concursal comum (Aviso n.º 61/2012, de 2 de janeiro)	Câmara Municipal de Terras de Bouro
7	01-03-2012	Reclamação do procedimento Concursal comum (Aviso n.º 2662/2012, de 17 de fevereiro)	Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo
8	30-03-2012	Reclamação do procedimento Concursal comum (Aviso n.º 4987/2012, de 30 de março)	Câmara Municipal do Pombal
9	07-11-2012	Reclamação do procedimento Concursal comum (Anúncio Jornal Público 3 de novembro, com a referência 03/DEE/2012)	NAV Portugal E.P.E.
10	15-11-2012	Reclamação do procedimento Concursal comum (Aviso n.º 14503/2012)	Câmara Municipal de Santa Maria da Feira
11	15-01-2012	Reclamação do procedimento Concursal comum (Aviso n.º 4285/2012, de 5 de novembro)	Agua de Trás-os-Montes e Alto Douro
12	22-11-2012	Reclamação do procedimento Concursal comum (Aviso n.º 14503/2012, de 29 de outubro)	Direção de Serviços de Agricultura e Pecuária
13	17-01-2013	Reclamação do Procedimento Concursal comum para constituição de emprego público, de um técnico superior da área da engenharia	Presidente da Câmara Municipal de Penalva do Castelo
14	14-05-2013	Reclamação do Procedimento Concursal comum para constituição de 1 (um) posto de trabalho de técnico superior - área de Engenharia Civil	Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
15	20-05-2013	Procedimento Concursal comum para preenchimento de posto de trabalho previsto e não ocupado na mapa de pessoal do município de Pombal	Presidente da Câmara Municipal do Crato
16	11-09-2013	Reclamação do Procedimento Concursal comum para um posto de trabalho de Técnico Superior-área de engenharia eletrotécnica	Presidente da CM de Ovar
17	19-09-2013	Reclamação do Procedimento Concursal comum para um posto de trabalho de Técnico Superior-área de engenharia eletrotécnica	Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim
18	25-03-2014	Reclamação do Procedimento Concursal (Aviso n.º 4016/2014, de 24 de março)	Instituto Superior Técnico
19	10-04-2014	Reclamação do Procedimento Concursal (Aviso n.º 4293/2014, de 28 de março)	Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha
20	19-11-2014	Reclamação do Procedimento Concursal (Aviso n.º 6399/2014, de 13 de novembro)	Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
21	21-04-2015	Reclamação de Procedimento Concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na carreira geral de técnico superior	Secretaria Regional da Agricultura e do Ambiente
22	14-05-2015	Reclamação de Procedimento Concursal comum para um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Espaço Público	Secretaria Regional da Agricultura e do Ambiente
23	10-09-2015	Reclamação do Procedimento Concursal para o cargo de Direção Intermedia de 2.º grau na Divisão de Equipamentos Municipais	Câmara Municipal de Oeiras
24	22-09-2015	Reclamação do Procedimento Concursal para o cargo de Direção Intermedia de 2.º grau na Divisão de Equipamentos Municipais	Presidente da Câmara Municipal de Oeiras
25	05-10-2015	Reclamação dos Procedimentos Concursais Comuns, para constituição de relações jurídicas de emprego público por	Câmara Municipal de Penacova

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

		tempo determinado- contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo -pelo período de um ano		
26	12-10-2015	Reclamação Procedimentos Concursais comuns para a constituição de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas		Câmara Municipal do Porto
27	23-11-2015	Reclamação do Procedimento Concursal de recrutamento para preenchimento de um posto de trabalho para a carreira/categoria de técnico superior		Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo
28	10-12-2015	Reclamação do Procedimento Concursal para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior (área de engenharia civil)		Associação de Municípios de Vale do Sousa
29	17-12-2015	Reclamação de Concurso Externo do Conselho da Administração da EDA - Eletricidade dos Açores		EDA - Eletricidade dos Açores
30	22-01-2016	Reclamação de Concurso para Engenheiro Eletrotécnico		EDA - Eletricidade dos Açores
31	10-03-2016	Reclamação do Concurso com o Código OE201602/0055 e OE201602/0052		LIPOR
32	03-05-2016	Reclamação do Procedimento Concursal comum, para constituição de relação jurídica de emprego público		Câmara Municipal de Albufeira
33	12-05-2016	Reclamação do Procedimento Concursal comum publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 5351/2016, n.º 80, de 26 de abril		Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
34	13-05-2016	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 83, Aviso n.º 5564/2016, de 29 de abril		Câmara Municipal de Albufeira
35	13-05-2016	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 80, Aviso n.º 5379/2016, de 26 de abril		Câmara Municipal de Albufeira
36	24-05-2016	Reclamação do procedimento Concursal publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 6271/2016, n.º 80, de 18 de maio		Câmara Municipal de Ponte da Barca
37	09-06-2016	Reclamação do procedimento Concursal publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 7284/2016, n.º 110, de 8 de junho		Faculdade de Medicina Veterinária da Lisboa
38	21-07-2016	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 138, Aviso n.º 9031/2016, de 20 de julho		Câmara Municipal de Caldas da Rainha
39	21-07-2016	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 142, Aviso n.º 9292/2016, de 26 de julho		Câmara Municipal de Caldas da Rainha
40	28-07-2016	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 1698, Aviso n.º 9317/2016, de 27 de julho		Câmara Municipal de Amares
41	01-09-2016	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 163, Aviso n.º 10651/2016, de 25 de agosto		Conselho Administrativo dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento
42	01-09-2016	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 163 Aviso n.º 10594/2016, de 25 de agosto		Conselho Diretivo da Agência para a Modernização Administrativa
43	09-09-2016	Reclamação do Procedimento Concursal comum. Publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 143, Aviso n.º 9317/2016, de 27 de julho		Câmara Municipal de Amares
44	19-10-2016	Reclamação da oferta de emprego, publica na Bolsa de Emprego Público, OE201609/0312		Conselho Diretivo da Casa Pia de Lisboa
45	19-10-2016	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 195, Aviso n.º 12460/2016, de 11 de outubro		Câmara Municipal de Ourém
46	26-10-2016	Aviso n.º 12535-B/2016, de 12 de outubro (Referência D)		Câmara Municipal de Peniche
47	24-11-2016	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 225, Aviso n.º 14694/2016, de 23 de novembro		Câmara Municipal da Nazaré
48	30-11-2016	Reclamação do anúncio publicado no Jornal público, de 24 de novembro		ADENE
49	30-11-2016	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 230, Aviso n.º 15094/2016, de 30 de novembro (Referência H)		Câmara Municipal de Vila Verde
50	19-12-2016	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 229, Aviso n.º 15022-A/2016, de 29 de novembro		Câmara Municipal de Vila do Conde

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

51	21-12-2016	Reclamação do Aviso n.º 15320-A/2016, de 6 de dezembro	ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho
52	02-01-2017	Aviso n.º 16054/2016, de 26 de dezembro (Referência A)	Câmara Municipal de Sobral de Monte-Agraço
53	19-01-2017	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 666/2017, de 16 de janeiro	Universidade Nova de Lisboa
54	02-02-2017	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 1189/2017, de 30 de janeiro	Câmara Municipal de Ourém
55	04-04-2017	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 3069/2017, de 23 de março	Câmara Municipal de Matosinhos
56	30-06-2017	Reclamação do procedimento Concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo	Câmara Municipal de Alenquer
57	30-06-2017	Reclamação do concurso público para a obra de "Requalificação do Edifício Jordão e garagem Avenida para a escola de música e artes performativas e visuais" do Município de Guimarães	Câmara Municipal de Guimarães
58	12-07-2017	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 7749/2017, de 10 de julho	Conselho Inter municipal da CIMAL
59	25-07-2017	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 8255/2017, de 21 de julho	Câmara Municipal do Porto
60	25-07-2017	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 8279/2017, de 24 de julho	Câmara Municipal de Aljezur
61	04-08-2017	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 8797/2017, de 4 de agosto	Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Leiria
62	08-01-2018	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 8432/2017, de 27 de junho	Câmara Municipal do Porto
63	08-01-2018	Reclamação do Despacho n.º 123/2017, de 14 de dezembro, publicado no Boletim Municipal da Câmara Municipal de Lisboa	Câmara Municipal do Lisboa
64	15-01-2018	Reclamação do Programa de Consulta CS/2017/170	Administração do Metro do Porto
65	05-02-2018	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 1582/2018, de 2 de fevereiro	Câmara Municipal de Aljustrel
66	09-02-2018	Reclamação dos Procedimentos Concursais comuns, publicados no BEP com o código de oferta OE201801/0449 (Referências A, C e D)	Câmara Municipal de Cantanhede
67	16-02-2018	Reclamação dos procedimentos Concursais comuns, publicados no BEP com o código de oferta OE201802/0120	Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz
68	16-02-2018	Reclamação dos Procedimentos Concursais comuns, publicados no BEP com o código de oferta OE201802/0494 (Referência A)	Junta de Freguesia de Leiria, Pousos, Barroura e Cortes
69	19-02-2018	Reclamação dos procedimentos Concursais comuns, publicados no BEP com o código de oferta OE201802/0406	Câmara Municipal de Semançelhe
70	19-02-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201802/0471	Presidente da Câmara Municipal de Trofa
71	19-02-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201802/0470	Presidente da Câmara Municipal de Trofa
72	19-02-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201802/0474	Presidente da Câmara Municipal de Trofa
73	19-02-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201802/0497	Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto
74	19-02-2018	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 2166/2018, de 16 de fevereiro	Presidente da Câmara Municipal de Oleiros

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

75	22-02-2018	Reclamação do Procedimento Concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 2340/2018, de 22 de fevereiro	Presidente da Câmara Municipal de Coruche
76	22-02-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201802/0527	Presidente da Câmara Municipal da Murtosa
77	22-02-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201802/0567	Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França
78	22-02-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201802/0742	Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
79	28-02-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201802/0901	Serviços Municipalizados de Abrantes
80	28-02-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201802/0811	Câmara Municipal de Ponte de Sôr
81	28-02-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201802/0800	Câmara Municipal de Ponte de Sôr
82	28-02-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201802/0806	Câmara Municipal de Ponte de Sôr
83	01-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201802/0844	Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral
84	02-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201802/0692	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
85	14-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201803/0358	Câmara Municipal de Alcochete
86	14-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201803/0304	Câmara Municipal de Olhão
87	14-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201803/0370 (Referência C)	Câmara Municipal de São Pedro do Sul
88	14-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201803/0279	Câmara Municipal da Moita
89	14-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201803/0276	Câmara Municipal da Moita
90			Serviços Municipalizados do Saneamento Básico de Viana do Castelo
91	14-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201803/0083	Serviços Municipalizados do Saneamento Básico de Viana do Castelo
92	14-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201803/0078	Câmara Municipal de Estremoz
93	14-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201803/0173	Câmara Municipal de Arronches
94	14-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201803/0115	Câmara Municipal de Arronches
95	14-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201803/0112 (Referência B)	Câmara Municipal do Redondo
96	14-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201803/0120 (Referência A)	Câmara Municipal do Redondo
97	14-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201803/0059 (Referência FF)	Câmara Municipal de Grândola
98	27-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no código de oferta OE201803/0542 (Referência O)	Câmara Municipal de Santo Tirso
99	27-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no código de oferta OE201803/0496 (Referência A)	Câmara Municipal de Vila de Rei
100	27-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no código de oferta OE201803/0596 (Referência C)	Câmara Municipal de Ourique
101	27-03-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no código de oferta OE201803/0447 (Referência 10)	Câmara Municipal de Alcácer do Sal

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

102	05-04-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no BEP com o código de oferta OE201803/0917(Referências E, G e H)	Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Viseu
103	05-04-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 63, Aviso n.º 4296/2018, de 29 de março	Câmara Municipal de Proença-a-Nova
104	10-04-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum publicado no BEP com o código de oferta OE201803/0920 (Referência B)	Câmara Municipal de Proença-a-Nova
105	10-04-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum publicado no BEP com o código de oferta OE201803/0918 (Referência B)	Câmara Municipal de Proença-a-Nova
106	11-04-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201803/0953 (Referência A)	Câmara Municipal de Montemor-O-Velho
107	11-04-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201803/1008 (Referência D)	Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo
108	11-04-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201804/0185	Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião
109	11-04-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201804/0275	Câmara Municipal de Setúbal
110	26-04-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201804/0558 (Referência n.º1)	Câmara Municipal da Nazaré
111	26-04-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201804/0605 (Referência C e E)	Câmara Municipal de Mira
112	26-04-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201804/0451(Referência e)	Câmara Municipal de Tábua
113	26-04-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201804/0601	Comunidade Intermunicipal do Cávado
114	03-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201804/0648	Câmara Municipal de Torres Vedras
115	03-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201804/0688	Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras
116	03-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201804/0686	Câmara Municipal de Torres Vedras
117	03-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201804/0685	Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras
118	03-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201804/0744	Câmara Municipal da Mealhada
119	10-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0066 (Referência C)	Junta de Freguesia de Rio Tinto
120	10-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0132	Junta de Freguesia de Santa Maria Maior
121	10-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201804/1014 (Referência I)	Câmara Municipal de Lajes do Pico
122	10-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0085 (Referência B)	Câmara Municipal de Trancoso
123	10-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201804/0919	Câmara Municipal de Gouveia
124	10-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0031(Referências C e E)	Câmara Municipal da Figueira da Foz
125	10-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201804/0864 (Referências A, D e G)	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
126	10-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201804/0856 (Referência A)	Câmara Municipal da Lourinhã
127	15-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0595	Câmara Municipal de Ribeira de Pena

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

128	15-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0571	Junta de Freguesia da Misericórdia
129	15-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0321 (Referência 04/2018)	Câmara Municipal do Barreiro
130	15-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0375 (Referência D)	Câmara Municipal de Montalegre
131	15-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0340 (Referência a)	Câmara Municipal do Fundão
132	15-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0341 (Referência H)	Câmara Municipal de Esposende
133	16-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0621 (Concurso A)	Câmara Municipal de Vimioso
134	16-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0679 (Referência 4)	Câmara Municipal de Lourdes
135	16-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0630 (Referência N)	Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
136	16-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0630 (Referência M)	Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
137	21-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0621 (Concurso A)	Câmara Municipal de Vimioso
138	21-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0906 (Referência B)	Câmara Municipal de Mora
139	21-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum publicado no BEP com o código de oferta OE201805/0786 (Processo 18/2018)	Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
140	23-05-2018	Reclamação do Procedimento Concursal comum para a ocupação de dois postos de trabalho de técnico superior/engenheiro civil - Referência "A" - Notificação de Exclusão	Câmara Municipal de Benavente
141	04-06-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201805/1429	Presidente da Câmara Municipal de Idanha-A-Nova
142	04-06-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201805/1103 (Concurso A)	Câmara Municipal de Matosinhos
143	15-06-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 7710/2018, de 8 de junho	Câmara Municipal de Melgaço
144	15-06-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 7803/2018, de 11 de junho	Câmara Municipal da Praia da Vitória
145	18-06-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 7770/2018, de 11 de junho	Câmara Municipal de Águeda
146	26-06-2018	Exigência de habilitação académica nos Avisos de abertura de procedimentos Concurtais para o recrutamento de técnico superior na área da engenharia	Câmara Municipal
147	10-07-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201806/0706 (Procedimento A)	Câmara Municipal de Benavente
148	13-07-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEPA com o código de oferta 9878	Secretário Regional da Educação e Cultura
149	01-08-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201807/0576 (Referência 1 e 2)	Câmara Municipal da Batalha
150	01-08-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no BEP com o código de oferta OE201807/0546	Presidente da Câmara Municipal de Portalegre
151	01-08-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta	Conselho de Administração dos

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

		OE201807/0599(Referência A)	Serviços Municipalizados de 152Elettricidade, Água e Saneamento da Câmara Municipal da Maia
152	08-08-2018	Reclamação do Procedimento Concursal "REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA EB2.3 VIEIRA DE CARVALHO EM MOREIRA DA MAIA - ACORDO DE COLABORAÇÃO COM O PODER CENTRAL	Câmara Municipal da Maia
153	22-08-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no BEP com o código de oferta OE201808/0470(Referência d)	Câmara Municipal de Penitche
154	22-08-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no BEP com o código de oferta OE201808/0546(Referência A)	Câmara Municipal de Silves
155	22-08-2018	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no BEP com o código de oferta OE201803/0358	Câmara Municipal de Resende
156	10-09-2018	Oferta de emprego para técnico de alimentação com licenciatura em Gestão Hoteleira	Conselho de Administração da José de Mello, SA
157	18-09-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201809/0137	Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra
158	18-09-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201809/0373	Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Caldas da Rainha
159	18-09-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201809/0306 (Referência C)	AIRC - Associação de Informática da Região Centro
160	20-09-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, de 30 de julho, Aviso n.º 10280/2018	Câmara Municipal da Louzã
161	21-09-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 13433/2018, de 21 de setembro	Câmara Municipal das Caldas da Rainha
162	21-09-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 13394/2018, de 20 de setembro (Ref. A)	Câmara Municipal da Vidigueira
163	26-09-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 13655/2018, de 26 de setembro (Ref. A)	CI-AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve
164	01-10-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201809/0692	Câmara Municipal de Melgaço
165	09-10-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201810/0114	Câmara Municipal de Silves
166	11-10-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201810/0315 (Referência A9)	Câmara Municipal do Carregal do Sal
167	11-10-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201810/0164	Junta de Freguesia de Jeraz do Lima
168	15-10-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 14754/2018, de 15 de outubro	Câmara Municipal de Felgueiras
169	22-10-2018	Reclamação do Aviso n.º 7 Estágios PEPAL	Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos
170	22-10-2018	Reclamação do Aviso PEPAL n.º 5896/2018	Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra
171	22-10-2018	Reclamação do Aviso n.º 01/2018 - Estágios PEPAL	Câmara Municipal de Pedrógão Grandes
172	22-10-2018	Reclamação do Aviso n.º 1/2018 Estágios PEPAL	Câmara Municipal de Castanheira de Pera
173	22-10-2018	Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201810/0266 (Referência A.1)	Câmara Municipal do Funchal
174		Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201810/0589	Reitor da Universidade de Lisboa

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

175	23-10-2018	Reclamação do Aviso Estágios PEPAL	Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no BEP com o código de oferta OE201810/0836 (Referência C)	Câmara Municipal de Góis
176	25-10-2018		Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no BEP com o código de oferta OE201810/0882 (Processo 3/2018)	Câmara Municipal de Monchique Câmara Municipal de Oliveira do Bairro
177	26-10-2018		Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 15760/2018, de 02 de novembro	Câmara Municipal de Arouca
178	05-11-2018		Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no BEP com o código de oferta OE201810/1016	Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira
179	05-11-2018		Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no BEP com o código de oferta OE201811/0146	Reitor da Universidade de Évora
180	20-11-2018		Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no BEP com o código de oferta OE201811/0201	Câmara Municipal do Bombarral
181	20-11-2018		Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no BEP com o código de oferta OE201811/0399	União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo
182	21-11-2018		Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no BEP com o código de oferta OE201811/0387	Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e da Juventude
183	21-11-2018		Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no BEP com o código de oferta OE201811/0462	Câmara Municipal de São Brás de Alportel
184	23-11-2018		Reclamação do Procedimento Concursal de Regularização, publicado no BEP com o código de oferta OE201811/0562	Conselho Diretivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP
185	26-11-2018		Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 18008/2018, de 05 de dezembro	Conselho Diretivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP
186	07-12-2018		Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201811/0018	Câmara Municipal de Loulé
187	07-12-2018		Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 17516/2018, de 29 de novembro (Ref.ª 056/2018)	Câmara Municipal de Estarreja
188	07-12-2018		Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201812/0317	Câmara Municipal de Lagoa
189	07-12-2018		Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 18003/2018, de 04 de dezembro	Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
190	10-12-2018		Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201812/0388(Ref.ª A e B)	Câmara Municipal de Loulé
191	13-12-2018		Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 18830/2018, de 14 de dezembro	Câmara Municipal de Portimão
192	13-12-2018		Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201812/03824(Ref.ª C)	Câmara Municipal de Barrancos
193	18-12-2018		Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, Aviso n.º 19089/2018, de 19 de dezembro	Universidade de Coimbra
194	18-12-2018		Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201812/0537 (Ref.A)	Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada
195	02-01-2019		Reclamação do procedimento concursal comum, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 15. Aviso n.º 1303/2019, de 22 de janeiro	Conselho Diretivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
196	02-01-2019		Reclamação do procedimento concursal comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201902/0201	Câmara Municipal de Vila de Rei
197	23-01-2019		Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE201903/0043 (concurso	Câmara Municipal de Albergaria-a-
198	12-02-2019			
199	08-03-2019			

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

	a)	Velha
200	08-03-2019	Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
201	22-03-2019	Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira
202	22-03-2019	Câmara Municipal de Oliveira do Bairro (Inscrição na OE)
203	22-03-2019	Câmara Municipal de Mirando do Douro
204	22-03-2019	Câmara Municipal de Paredes
205	28-03-2019	Secretário Geral do Ministério da Administração Interna
206	01-04-2019	Câmara Municipal do Porto
207	01-04-2019	Câmara Municipal do Porto
208	01-04-2019	Câmara Municipal do Porto
209	05-04-2019	Câmara Municipal de Coruche
210	29-04-2019	ARM - Águas e Resíduos da Madeira, SA
211	02-05-2019	Juventude e Desporto e Pelouro dos Recursos Humanos e Serviços Jurídicos
212	02-05-2020	Câmara Municipal de Paços de Ferreira
213	07-05-2020	Câmara Municipal de São João da Madeira
214	09-05-2020	Câmara Municipal da Marinha Grande
215	10-05-2020	Câmara Municipal de Bragança
216	10-05-2020	Câmara Municipal da Horta
217	10-05-2019	Câmara Municipal da Horta
218	23-05-2019	Câmara Municipal de Boticas
219	04-06-2019	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
220	06-06-2019	Câmara Municipal da Figueira da Foz
221	06-06-2019	Câmara Municipal de Paredes de Coura

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

222	06-06-2019	OE201905/0991	EMEF
223	26-06-2019	OE201905/0991	Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão
224	26-06-2019	OE201906/0191	Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica
225	26-06-2019	OE201906/0190	Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica
226	27-06-2019	OE201906/0501	Câmara Municipal de Paços de Ferreira
227	05-07-2019	OE201906/0433 (Referência A)	Câmara Municipal de Miranda do Douro
228	05-07-2019	OE201906/0675	Câmara Municipal do Seixal
229	05-07-2019	OE201906/0690	Presidente da Câmara Municipal da Azambuja
230	12-07-2019	OE201906/0187	Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande
231	12-07-2019	OE201906/0615	Presidente da Câmara Municipal de Águeda
232	17-07-2019	Aviso n.º 11392/2019	Presidente da Câmara Municipal de Palmela
233	17-07-2019	Aviso n.º 11429/2019	Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente
234	17-07-2019	Aviso n.º 11430/2019	Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente
235	17-07-2019	OE201907/0369	Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Interunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas
236	17-07-2019	OE201907/0370	Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Interunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas
237	17-07-2019	Oferta de Emprego n.º OE201907/0367	Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Interunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas
238	17-07-2019	OE201907/0365	Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Interunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas
239	24-07-2019	Aviso n.º 11807/2019	Presidente do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

240	24-07-2019	Aviso n.º 11807/2019	Presidente da Câmara Municipal de Bragança
241	24-07-2019	OE201907/0504	Presidente do Politécnico de Leiria
242	29-07-2019	Aviso n.º 12007/2019	Presidente do Politécnico de Leiria
243	29-07-2019	OE201907/0581	Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática.I.P.
244	30-07-2019	Aviso n.º 12072/2019	Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente
245	30-07-2019	Aviso n.º 12073/2019	Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente
246	13-08-2019	OE201908/0171	Reitor da Universidade de Lisboa
247	13-08-2019	OE201908/0410	Presidente da Câmara Municipal de Aljustrel
248	29-08-2019	OE201908/0454 (Referência 2)	Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Gestão
249	29-08-2019	OE201908/0602	Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara
250	03-09-2019	OE201908/0741	Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
251	03-09-2019	OE201908/0756	Presidente da Região de Turismo do Algarve
252	03-09-2019	Aviso n.º 13407/2019	Secretário-Geral da Assembleia da República
253	03-09-2019	OE201908/0620, Oe201908/0621, OE201908/0623 e OE201908/0624	Presidente do Conselho de Administração da ANAC - Autoridade Nacional de Aviação Civil
254	03-09-2019	OE201908/0675 (Referência E)	Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar
255	03-09-2019	OE201908/0549	Diretor Delegado dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora
256	03-09-2019	Aviso n.º 13417/2019, de 26 de agosto	Câmara Municipal de Gondomar
257	16-09-2019	Aviso n.º 14093/2019, de 11 de setembro	Presidente da Câmara Municipal de Arouca
258	20-09-2019	OE201909/0241	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas. IP
259	07-10-2020	OE201909/0644 (Referências A e B)	Câmara Municipal de Oleiros
260	07-10-2019	Aviso n.º 15388/2019, de 2 de outubro (Referência A)	Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede
261	07-10-2019	Aviso n.º 115415/2019, de 2 de outubro (referência TS/07/2019)	Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

262	10-10-2019	OE201910/0157	Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
263	10-10-2019	OE201910/0293	Presidente da Câmara Municipal de São João da Madeira
264	10-10-2019	OE201910/0151	Presidente do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa
265	10-10-2019	OE201910/0270	Presidente da Câmara Municipal da Golegã
266	22-10-2019	OE201910/0356 - Referências B e C	Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz
267	22-10-2019	OE201910/0394 - Referências B	Presidente da Câmara Municipal de Vila Real
268	25-10-2019	OE201910/0801	Presidente da Câmara Municipal de Góis
269	30-10-2019	Aviso n.º 17440/2019, de 30 de outubro	Presidente da Câmara Municipal de Arouca
270	11-11-2019	OE201911/0073	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
271	12-11-2019	OE201911/0172	Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Ponta Delgada
272	15-11-2019	Aviso n.º 18127/2019, de 14 de novembro	Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva
273	19-11-2020	OE201911/0322	SEF
274	25-11-2019	OE201911/0446	Presidente da Câmara Municipal de Odivelas
275	25-11-2019	OE201911/0423 (referências A e B)	Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande
276	05-12-2019	BEP OE201912/0065	Presidente da Câmara Municipal de Abrantes
277	09-12-2019	OE201912/0149	Presidente da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões
278	11-12-2019	OE201912/0225	Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos
279	11-12-2019	OE201912/0222	Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos
280	13-12-2019	Oferta de emprego - Ref.º 369719	Administração dos Portos de Sins e do Algarve, SA
281	13-12-2019	OE201912/0342	Presidente da Câmara Municipal do Montijo
282	18-12-2019	OE201912/0400	Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Estatística
283	18-12-2019	OE201912/0472	Presidente da Câmara Municipal de Évora
284	18-12-2019	"Contratação de Projetos nde Especialidade e de Engenharia para o Centro de Segurança de Matosinhos"	Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

285	18-12-2019	OE201912/0351 n(Ref.º 46-GSI-19)	Presidente do Conselho de Administração da ANACOM- Autoridade Nacional para as Comunicações
286	18-12-2019	Oferta de emprego OE201912/0351 n(Ref.º 51-ET-19)	Presidente do Conselho de Administração da ANACOM- Autoridade Nacional para as Comunicações
269	06-01-2020	Aviso n.º 20796/2019, de 30 de dezembro	Câmara Municipal de Almeirim
270	06-01-2020	OE201912/0745 (ReferênciaA2)	Câmara Municipal de Alvaiázere
271	06-01-2020	OE201912/0624	Universidade de Évora
272	06-01-2020	Aviso n.º 20630/2019, de 23 de dezembro	Administração Regional de Saúde do Centro IP
273	07-01-2020	OE201912/0833	Instituto Politécnico do Porto
274	07-01-2020	OE202001/0005	Câmara Municipal de Ponte de Sor
275	13-01-2020	OE201912/0472(novo aviso retificado)	Câmara Municipal de Évora
276	15-01-2020	OE202001/0235	Câmara Municipal de Lousada
277	16-01-2020	OE202001/0236	Câmara Municipal de Lousada
278	16-01-2020	Aviso (extrato) n.º 789/2020 de 16 de janeiro	Câmara Municipal de Lagos
279	24-01-2020	OE202001/0691	Câmara Municipal de Espinho
280	24-01-2020	Aviso n.º 933/2020	Câmara Municipal de Salvaterra de Magos
281	24-01-2020	OE202001/0800 - Ref A)	Câmara Municipal da Figueira da Foz
282	24-01-2020	Aviso (extrato) n.º 1006/2020	Junta de Freguesia de Alavala
283	24-01-2020	Aviso (extrato) n.º 1007/2020	Junta de Freguesia de Alavala
284	24-01-2020	OE202001/0724	Câmara Municipal de Seia
285	31-01-2020	Aviso n.º 1748/2020 (Referência B)	Câmara Municipal de Torre de Moncorvo
286	31-01-2020	Aviso n.º 1374/2020	Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha
287	06-02-2020	Aviso n.º 2087/2020	Câmara Municipal de Vila Nova de Cerviz
288	06-02-2020	OE202002/0074 Ref A) e B)	Câmara Municipal de Aljezur
289	10-02-2020	Aviso n.º 2143/2020	Câmara Municipal de Aguiar da Beira
290	10-02-2020	Aviso n.º 2135/2020	Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
291	10-02-2020	Aviso n.º 2133/2020	Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

292	10-02-2020	Aviso n.º 2134/2020	Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
293	13-02-2020	Aviso (extrato) n.º 2406/2020 (Ref. A)	Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha
294	14-02-2020	OE202002/0382	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
295	21-02-2020	OE202002/1517	Câmara Municipal de Póvoa de Varzim
296	21-02-2020	Aviso (extrato) n.º 2954/2020, de 20 de fevereiro	Câmara Municipal de Leiria
297	02-03-2020	Aviso n.º 3575/2020, de 2 de março	Câmara Municipal de Vimioso
298	02-03-2020	OE202002/0722	Universidade Aberta
299	02-03-2020	Aviso (extrato) n.º 3542/2020	Câmara Municipal de Montemor-O-Novo
300	02-03-2020	OE202002/0777	Câmara Municipal de Sousel
301	10-03-2020	Aviso (extrato) 4150/2020	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
302	10-03-2020	OE202003/1176	Instituto Politécnico do Porto
303	10-03-2020	OE202003/0148	Universidade de Évora
304	31-03-2020	OE202003/0582	Câmara Municipal da Ribeira Brava
305	21-04-2020	OE202004/0176	Câmara Municipal de Palmela
306	04-05-2020	OE202004/0325	Câmara Municipal de Palmela
307	16-06-2020	OE202006/0268	Câmara Municipal de Almada
308	16-06-2020	OE202006/0321	Junta de Freguesia de Santa Clara
309	18-06-2020	oferta de emprego: "Técnico/a Superior de Engenharia (M/F)	Águas de Alto Minho
310	24-06-2022	Aviso (extrato) n.º 9434/2020, de 23 de junho	Câmara Municipal de Olhão
311	13-07-2022	oferta de emprego para um profissional de engenharia civil ramo hidráulica (M/F) Porto de Sines	Porto de Sines
312	23-07-2022	Aviso n.º 10243/2020, de 9 de julho	SMAS de Mafra
313	24-08-2020	oferta de emprego para engenheiros civis	GATURB
314	26-08-2020	código de oferta OE202008/0032	Câmara Municipal de Santarém
315	15-09-2020	oferta de emprego na área da Engenharia Eletrotécnica	Águas de Portugal

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

316	16-09-2020	código de oferta OE202009/0253	Junta de Freguesia das Avenidas Novas
317	16-09-2020	oferta OE202009/0537	Serviços Sociais da Universidade de Lisboa
318	16-09-2020	código de oferta OE202009/0272	Câmara Municipal de Mação
319	25-09-2020	código de oferta OE202009/0664	Câmara Municipal da Lagoa
320	25-09-2020	código de oferta OE202009/0682	Câmara Municipal de Barcelos
321	25-09-2020	código de oferta OE202009/0614	ICNF
322	30-09-2020	código de oferta OE202009/1036	Câmara Municipal da Ribeira da Pena
323	30-09-2020	código de oferta OE202009/1037	Câmara Municipal da Ribeira da Pena
324	30-09-2020	código de oferta OE202009/1038	Câmara Municipal da Ribeira da Pena
325	01-10-2020	Aviso n.º 15162/2020, de 01 de outubro	Câmara Municipal de Sernancelhe
326	06-10-2020	código de oferta OE202009/1173	Universidade do Algarve
327	06-10-2020	código de oferta OE202010/0067	Câmara Municipal de Sesimbra
328	06-10-2020	código de oferta OE202010/0051	Câmara Municipal de Sesimbra
329	06-10-2020	código de oferta OE202010/0113	Câmara Municipal de Sesimbra
330	07-10-2020	código de oferta OE202010/010	Câmara Municipal de Portimão
331	07-10-2020	código de oferta OE202010/0106	Administração Central do Sistema de Saúde
332	08-10-2020	código de oferta OE202010/0267	Câmara Municipal de Oliveira do Bairro
333	23-10-2020	oferta de emprego para 62 postos de trabalho na área da engenharia	Câmara Municipal de Peniche
334	27-10-2020	Aviso n.º 1735/2020, de 28 de outubro	Infraestruturas de Portugal
335	28-10-2020	código de oferta OE202010/1085	Câmara Municipal de Torres Novas
336	03-11-2020	código de oferta OE202010/10853	Câmara Municipal do Sabugal
337	03-11-2020	código de oferta OE202010/1115	Câmara Municipal do Sabugal
			Câmara Municipal do Mogadouro

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

338	03-11-2020	código de oferta OE202011/0028	Câmara Municipal de Braga
339	03-11-2020	código de oferta OE202011/0018	Câmara Municipal de Ribeira da Pena
340	16-11-2020	código de oferta OE202011/0377	Câmara Municipal de Serpa
341	18-11-2020	oferta de emprego para técnico superior	Universidade da Évora
342	26-11-2020	Procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	SMAS de Mafra
343	22-12-2020	código de oferta OE202012/00601	Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
344	22-12-2020	código de oferta OE202014/00601	Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
345	28-04-2021	Procedimento concursal Aviso n.º 7396/2021	Câmara Municipal de Felgueiras
346	21-06-2021	Procedimento concursal publicado no BEP com o código de oferta OE202106/0460	Câmara Municipal de Felgueiras
347	21-06-2021	código de oferta OE202106/0461	Câmara Municipal de Barcelos
348	31-08-2021	procedimentos concursais para o recrutamento de técnico superior	Câmara Municipal de Santo Tirso
349	31-08-2021	procedimentos concursais para o recrutamento de técnico superior	Câmara Municipal de Valongo
350	16-09-2021	código de oferta OE202109/0219	Câmara Municipal de Tavira
351	16-09-2021	código de oferta OE202109/0217	Câmara Municipal de Tavira
352	16-09-2021	código de oferta OE202109/0216	Câmara Municipal de Santiago do Cacém
353	17-09-2021	código de oferta OE202109/0179	Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares
354	17-09-2021	código de oferta OE202109/0181	Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares
355	13-10-2021	código de oferta OE202109/0130	Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
356	15-10-2021	código de oferta OE202109/0050	Universidade de Coimbra
357	16-10-2021	código de oferta OE202109/0718	Câmara Municipal de Sines
358	10-11-2021	Aviso 000209	Câmara Municipal de Aveiro

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

359	16-11-2021	código de oferta OE202109/0320	Câmara Municipal de Palmela
360	16-11-2021	código de oferta OE202111/0304	SMAS do Montijo
361	18/01/2022	OE202201/0255	CIMBSE
362	18/01/2022	OE202201/0198	CM Covilhã
363	18/01/2022	OE202201/0240	CM Castanheira de Pera
364	21/01/2022	Aviso n.º 742/2022	Marinha
365	24/01/2022	OE202201/0340	Instituto de Portalegre
366	24/01/2022	OE202201/0346	Universidade da Beira Interior
367	44587	OE202201/0505	Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
368	07/02/2022	OE202201/0668	Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa
369	21/04/2022	OE202204/0621	Câmara Municipal de Alcácer do Sal
370	44673	Aviso n.º 7994/2022	Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores
371	11/05/2022	Aviso (extinto) 9271/2022	GNR
372	20/04/2022		Administração do Grupo Casais
372	12/05/2022	OE202202/0310	IEFP
373	16/05/2022		Presidente do Conselho de Administração da DST, SA

Anexo I - Concursos reclamados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos

374	16/05/2022		BWA, Group
375	21/05/2022		Câmara Municipal de Barcelos
376	06/06/2022	Aviso n.º 11543/2022	Câmara Municipal de Vila do Conde

Ordem dos Engenheiros

Anexo II

Proposta de diploma legal de equiparação dos bacharéis a licenciados pós-Bolonha, para efeitos profissionais na função pública nos termos da lei Geral (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014

Preâmbulo

Com a reforma do ensino superior, operada pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, são atualmente atribuídos os graus de licenciado (1.º ciclo), mestre e doutor.

E, como o atual grau de licenciado (1.º ciclo) e o anterior grau de bacharel têm em comum o seguimento de um percurso formativo de 3 anos e 4 anos, (o bacharelato no ISEP e no ISEC tinham um percurso formativo de 4 anos e o ISEL tinha um percurso formativo de 3 anos) deste facto resulta que se trata de graus académicos equivalentes ou correspondentes.

A esta mesma conclusão se chega pelas seguintes vias:

- a) Confronto das sistemáticas da anterior e da atual legislação reguladora do ensino superior, nomeadamente no que respeita ao estabelecimento de graus académicos, e em particular no que se refere à idêntica duração dos percursos formativos conducente à atribuição do anterior grau de bacharelato e do atual grau de licenciado (1.º ciclo) que habilitavam e habilitam para o exercício profissional previsto na Lei n.º 40/2015, de 1 de junho;
- b) Consagração legal expressa no Anexo III da Portaria n.º 782/2009, de 27 de julho, que regula o Quadro Nacional de Qualificações, mediante a atribuição de forma igualitária ao bacharelato e à licenciatura o nível 6 de qualificação.

Ora, Portugal foi signatário do processo de Bolonha, tendo adotado o grau de licenciado (1.º ciclo) e eliminado o anterior grau de bacharel, mas não cuidou de ter sido dada a justa equivalência entre estes dois graus académicos, nem ao menos para o exercício profissional.

Em consequência, foi gerada uma situação de grave injustiça que lesa os direitos de milhares bacharéis, que apesar de terem uma formação com os mesmos anos que a atual licenciatura, são discriminados negativamente relativamente aos licenciados (1.º ciclo), designadamente no se refere ao ingresso e progressão na carreira de técnico superior e aos cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau da Função Pública, bem como tocante ao benefício do estatuto remuneratório mais favorável.

O que significa que para combater esta injustiça que atinge os bacharéis, não se pode continuar a fazer tábua rasa ou a desconsiderar o antigo grau académico de bacharelato, sendo da mais elementar justiça que o grau de bacharel seja equiparado para fins profissionais ao atual grau de licenciado.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, O Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O Presente Decreto-Lei estabelece a equiparação para o exercício de funções na Administração Pública do extinto grau de bacharel ao atual grau de licenciado, para fins estritamente profissionais e demais e quaisquer efeitos legais inerentes, no âmbito da Administração Pública.

Artigo 2.º

Direitos adquiridos

O disposto no artigo anterior não prejudica os direitos adquiridos pelo trabalhador possuidor do grau de bacharel, sendo-lhe aplicáveis, quando mais favoráveis, no todo ou em parte, os direitos dos trabalhadores possuidores do grau de licenciado.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

O presente Decreto-Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

ANEXO III

A) Proposta de alteração ao Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)

Artigo 34.º-A

Exigência de qualificação profissional

Quando se trate de uma profissão regulamentada, pode apenas ser candidato ao procedimento quem comprove estar validamente inscrito na respetiva Ordem Profissional.

Artigo 38.º

Determinação da posição remuneratória

1 – (...)

2 – (...)

3 – (...)

4 – (...)

5 – (...)

6 – (...)

7 – O empregador público não pode propor a primeira posição remuneratória ao candidato que seja titular de bacharelato ou de licenciatura ou de grau académico superior quando esteja em causa o recrutamento de trabalhador para posto de trabalho com conteúdo funcional correspondente ao da carreira geral de técnico superior.

8 – (...)

9 – (...)

10 – (...)

Artigo 86.º

Graus de complexidade funcional

1 – (...)

a) (...)

b) (...)

c) Grau 3, quando se exija a titularidade de bacharelato ou de licenciatura ou de grau académico superior a estes.

2 – (...)

3 – (...)

B) Proposta de alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro (estabelece o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, local e regional do Estado)

Artigo 20.º

Área de recrutamento dos cargos de direcção intermédia

1 — Os titulares dos cargos de direcção intermédia são recrutados de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Bacharelato ou Licenciatura;
- b) Aprovação no curso de formação específica previsto no artigo 12.o ;
- c) Seis ou quatro anos de experiência profissional em carreiras para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, consoante se trate de cargos de direcção intermédia de 1.º ou 2.º grau, respectivamente.

2 – (...)

3 .- (...)

4 – (...)

5 – (...)

a) (...)

b) (...)

c) (...)

C) Proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro (Modifica as regras de recrutamento e selecção dos gestores públicos, bem como as matérias relativas aos contratos de gestão e à sua remuneração e benefícios, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março)

Artigo 12.º

Requisitos

1 - Os gestores públicos são escolhidos de entre pessoas com comprovadas idoneidade, mérito profissional, competências e experiência de gestão, bem como sentido de interesse público e habilitadas, no mínimo, com o grau académico de bacharelato ou licenciatura.

2- (...)

3 - (...)